



CENTRO DE PESQUISAS
JUDICIAIS DA AMB

Relatório de **Atividades**

2021



CENTRO DE PESQUISAS JUDICIAIS DA AMB

CENTRO DE PESQUISAS JUDICIAIS - CPJ/AMB

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2021

O Centro de Pesquisas Judiciais – CPJ/AMB, instituído pelo Ato Executivo nº 148, de 1º de outubro de 2019, da Presidência da AMB, *é órgão social da Associação de Magistrados Brasileiros – AMB, responsável por todos os assuntos relativos às pesquisas da Magistratura e do Poder Judiciário junto à AMB e tem a finalidade de realizar investigações sobre os problemas que os atingem, bem como criar linhas de pesquisa focadas em temas de relevância social, e tem como objetivo estudar o Judiciário, melhorar seu funcionamento e contribuir para o aperfeiçoamento da carreira da Magistratura.*

Em seu segundo ano de existência, o CPJ-AMB consolidou-se como órgão fundamental da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, para produção científica, acadêmica e realização de pesquisas de relevo para o Poder Judiciário, a Magistratura e a sociedade em geral.

As principais atividades de 2021 estão relacionadas neste relatório a partir dos tópicos listados abaixo:

I – Composição – novos membros de áreas diversas da Magistratura

II – Atividades:

II.1. Organização das pesquisas da AMB

II.2. Hotsite – acessibilidade

II.3. Pesquisas

Métricas de Qualidade e Efetividade da Justiça Brasileira: um Estudo do Processo de Recuperação de Empresas – FGV, FONAJEM, IRB

Aposentadorias e exonerações de Magistrados

2º Censo da AMB de Magistrados com Deficiência, Necessidades Especiais ou Doença Grave

O exercício da jurisdição e a utilização de novas tecnologias de informação e de comunicação – UnB/ Flacso

A participação feminina na magistratura – ENFAM - AMB-Mulheres

Perfil da Magistratura latino-americana - Federação Latino-americana de Magistrados – FLAM

II.4. Livro Sistema Penal Contemporâneo – lançamento

II.5. Ciclo de Palestras

II.6. E-book Direito e fraternidade

II.7. Reuniões

III – Estrutura

I – COMPOSIÇÃO

NOVOS MEMBROS

A fim de garantir a participação das diversas áreas da Magistratura, os atos executivos nº 107/2021 e nº 110/2021, da Presidência da AMB, incluíram novos membros com atuação na Justiça estadual, na Justiça Federal e na Justiça do Trabalho no CPJ, que passou a ter a seguinte composição:

Diretor Geral

Ministro Luis Felipe Salomão – STJ

Vice-Diretor

Marcelo Cavalcanti Piragibe Magalhães (MG)

Secretária-geral

Patrícia Cerqueira Kertzman Szporer (BA)

Secretária-geral Adjunta

Rita de Cássia Ramos de Carvalho (BA)

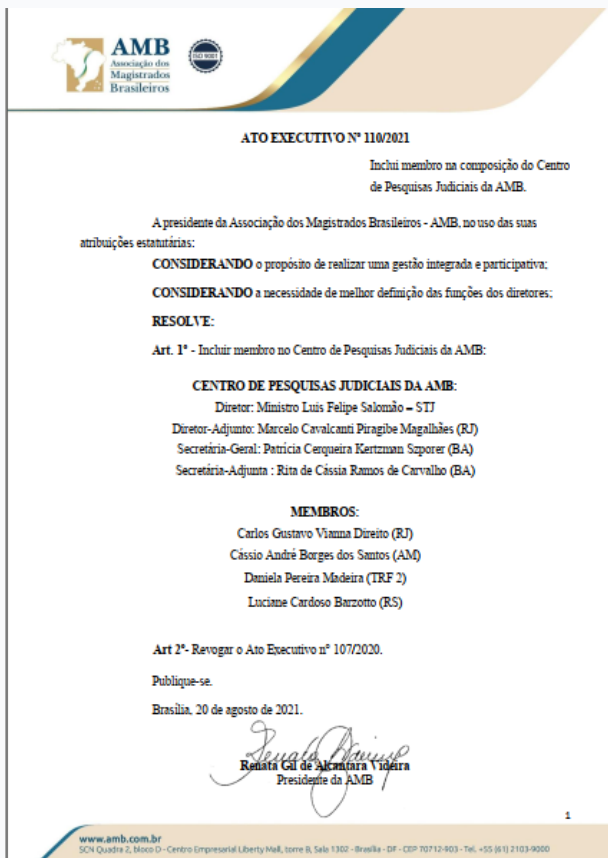
Membros

Cássio André Borges dos Santos (AM)

Carlos Gustavo Direito (RJ)

Daniela Pereira Madeira (TRF 2)

Luciane Cardoso Barzotto (TRT4)



II – ATIVIDADES

II.1. Organização das pesquisas da AMB



No início do ano de 2021, o CPJ assumiu o desafio de organizar, digitalizar, indexar e dar publicidade ao amplo acervo de pesquisas e estudos desenvolvidos pela AMB desde o ano de 1996, até as mais recentes pesquisas coordenadas pelo órgão.

O trabalho foi desenvolvido a partir de quase uma dezena de caixas com arquivos físicos, que continham: O Histórico EC-Reforma do Judiciário, estudos para incidência no legislativo; Propostas de Pesquisas e atuação; Textos escritos por colaboradores; Pesquisas/ perfis; Questionários; Materiais de congresso e outros. Esse material foi digitalizado e arquivado em pastas na nuvem institucional criada no *Slide Share* da AMB: CPJ-AMB para o compartilhamento interno.

Primoroso processo foi realizado em 03 (três) etapas:

1 – Análise para o encaminhamento do material encontrado, planejamento da digitalização, e definição dos usos das pesquisas anteriores para a buscar ferramentas digitais de apoio.

2 - Indexação - as informações contidas nos documentos e o material foram inseridos no gerenciador gratuito de referência *Mendeley* para consulta, com a finalidade de gerenciar arquivos eletrônicos (formato PDF), além de ajudar na normalização de citações e referências geradas automaticamente.

3 - Banco de Dados de Pesquisa – por derradeiro, criou-se um arquivo de banco de dados os estudos e as pesquisas pregressas da AMB.

O material físico está arquivado.

II – ATIVIDADES

II.2. HOTSITE – cpj.amb.com.br - acessibilidade¹



A partir das atividades mencionadas no item “II.1”, no dia 30.07.21, CPJ/AMB lançou plataforma para hospedar o maior acervo de dados sobre a magistratura brasileira.

A nova plataforma possui *layout* moderno, desenvolvido pela equipe de comunicação da AMB em conjunto com os membros do CPJ e conta com recursos que garantem fácil navegação, permitindo, assim, amplo acesso tanto aos Magistrados quanto a toda a comunidade jurídica.

Diante do compromisso da AMB com a acessibilidade, o *hotsite* dispõe da ferramenta *hand talk*, que traduz simultaneamente conteúdos em português para a língua brasileira de sinais, com o objetivo de promover a inclusão social de pessoas surdas. Além disso, o aplicativo atende a pessoas com deficiência visual.

Os usuários também podem acessar documentos e principais atualizações sobre o trabalho do centro. Na aba "Institucional", opção "Conheça o CPJ", concentram-se as informações sobre a origem do órgão.

As normas internas também estão disponíveis na aba "Regimento Interno", em que os interessados podem conhecer a natureza, os objetivos e as atividades do CPJ. Ao clicar em "Diretoria", há um redirecionamento para informações relacionadas aos seus integrantes. Cabe destacar, ainda, que o site reservou um espaço dedicado aos concursos, no qual ficarão disponíveis os editais e resultados dos vencedores.

Por fim, o site hospeda um rico acervo que reúne dados, análises e diagnósticos obtidos por intermédio de pesquisas e estudos a respeito de problemas estruturais e conjunturais da magistratura. Artigos, livros e revistas também se agregam a esse material.

¹ <http://cpj.amb.com.br/cpj-lanca-plataforma-para-hospedar-o-maior-acervo-de-dados-sobre-a-magistratura-brasileira-2/>

<http://cpj.amb.com.br/saiu-na-midia-veiculos-de-comunicacao-repercutem-lancamento-do-site-do-cpj/>

O site do CPJ/AMB é uma conquista importante para os pesquisadores do direito e materializa o compromisso da presidência da AMB com o investimento em novas tecnologias para divulgar um acervo de pesquisas de alta qualidade sobre a magistratura brasileira. A plataforma digital é o caminho que o Judiciário tem buscado para atender às urgências da sociedade, de forma inovadora e eficiente, conforme salientado pela Presidente Renata Gil.



O site do CPJ tem a proposta de abrir um diálogo com a sociedade sobre os assuntos mais importantes do Judiciário.

➡ *No último mês o site contabilizou quase 3.500 visitas e 20.000 visualizações de página. Desde lançado, o site contabilizou quase 20.000 visitas e 106.000 visualizações de página.*



II – ATIVIDADES

II.3. PESQUISAS



O CPJ realizou e manteve a colaboração com diversas pesquisas e levantamentos de dados voltados ao interesse da magistratura.

Foram 3 pesquisas finalizadas e 3 estão em andamento. Das 06 pesquisas, 5 iniciaram as tratativas no ano de 2021 em parceria com instituições de ensino nacionais e internacionais.

I) Métricas de Qualidade e Efetividade da Justiça Brasileira: um Estudo do Processo de Recuperação de Empresas – FGV, FONAJEM, IRB ²



A Pesquisa “Métricas de Qualidade e Efetividade da Justiça Brasileira: um Estudo do Processo de Recuperação de Empresas” foi realizada em parceria com a FGV, FONAJEM, IRB, buscando encontrar novas e criativas soluções para a questão das recuperações judiciais no Brasil e no mundo, além de aperfeiçoar os relacionamentos empresariais.

Sob a coordenação do Diretor do Centro de Pesquisas Judiciais, Ministro Luís Felipe Salomão, da professora Maria Tereza Sadek, fez-se um criterioso levantamento sobre experiência em casos de recuperação judicial e da insolvência, a partir da aplicação de questionários específicos para cada grupo, contendo perguntas diferenciadas para os advogados, magistrados, empresas em recuperação.

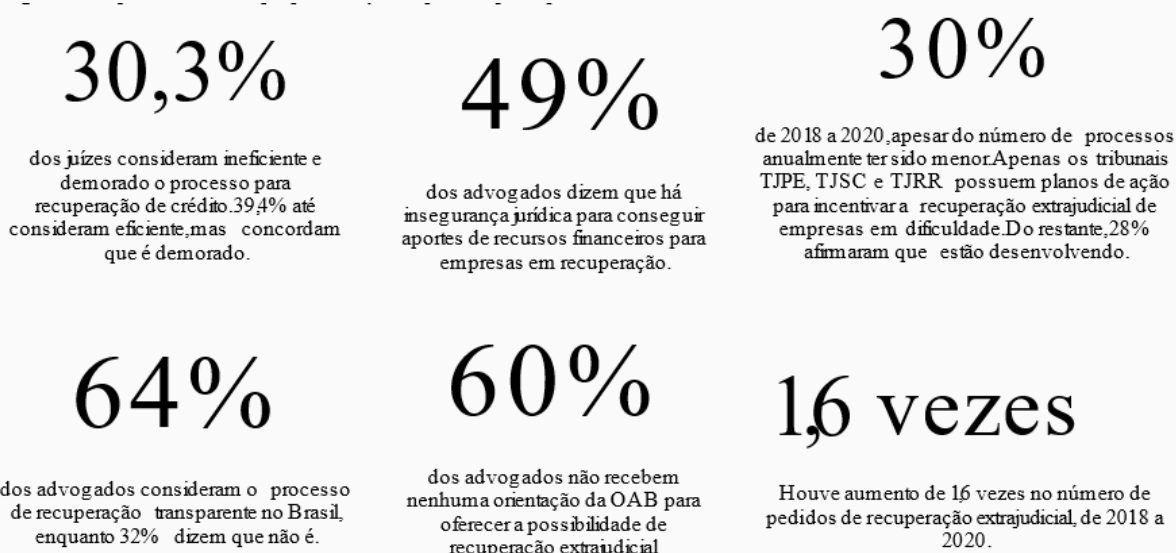
Os principais resultados da pesquisa foram apresentados dia 08/11/2021, durante o Webinar “Efetividade da Recuperação de Empresas no Brasil”, no canal da FGV na plataforma YouTube, que contou com os seguintes palestrantes:

² <https://portal.fgv.br/noticias/fgv-e-amb-apresentam-webinar-pesquisa-sobre-efetividade-recuperacao-empresas-brasil>
<https://portal.fgv.br/eventos/webinar-efetividade-recuperacao-empresas-brasil>
<https://www.amb.com.br/pesquisa-sobre-recuperacao-de-credito-do-cpj-vai-ate-dia-22-de-fevereiro-responda-o-formulario/>
<https://www.amb.com.br/cpj-e-fgv-pesquisa-sobre-recuperacao-de-credito-e-prorrogada-ate-22-de-fevereiro/>
<https://www.amb.com.br/recuperacao-de-credito-participe-da-pesquisa-do-cpj-e-da-fgv-ate-esta-sexta-feira-5/>
<https://www.amb.com.br/saiu-na-midia-jurinews-destaca-pesquisa-da-amb-fgv-sobre-recuperacao-judicial-e-falencias/>
<https://www.amb.com.br/participe-do-estudo-do-cpj-e-da-fgv-sobre-recuperacao-de-credito-prazo-foi-prorrogado-ate-sexta-feira-5/>
<https://www.amb.com.br/saiu-na-midia-pesquisa-do-cpj-e-da-fgv-repercuta-na-conjur/>

- Renata Gil – Presidente da AMB
- Ministro Luis Felipe Salomão – Diretor do Centro de Pesquisas Judiciais da AMB
- Maria Tereza Sadek - Coordenadora Científica da Pesquisa;
- Daniel Carnio Costa - Juiz do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- Luis Claudio Montoro Mendes - Advogado;
- Juliana Loss - Coordenadora Executiva e Pesquisadora do Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário da FGV Conhecimento;
- Renata Braga - Professora adjunta da UFF e Pesquisadora colaboradora do Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário da FGV Conhecimento;
- Fernanda Bragança - Pesquisadora interna do Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário da FGV Conhecimento.



Dentre os resultados, merecem destaque:

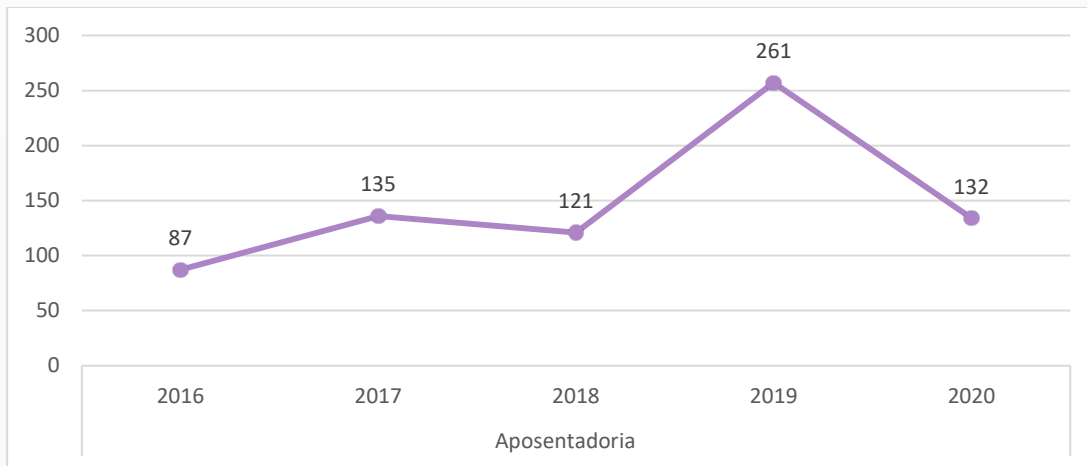


II) Aposentadorias e exonerações de magistrados

Diante da notícia de um possível êxodo na Magistratura, o CPJ realizou um levantamento com todos os Tribunais sobre as aposentadorias e exonerações de magistrados nos últimos 5 anos. O objetivo foi analisar a movimentação e a hipótese de um “abandono” da magistratura, como vinha circulando na mídia. Ao todo, 42 Tribunais (75% dentre 56 perguntados) enviaram informações a partir de um breve questionário.

O relatório concluiu que não há um movimento de abandono precoce da carreira. O levantamento de dados de aposentadorias e exonerações de magistrados (2016 a 2020) foi apresentado na 7ª reunião do CPJ. Os resultados foram avaliados pela diretoria e presidência e o relatório será transformado em um material de uso interno pela AMB e associações.

1 - GRÁFICO - TOTAL DE APOSENTADORIAS DE 2016 A 2020.



2. TOTAL DE APOSENTADORIAS VOLUNTÁRIAS POR FAIXA ETÁRIA E POR SEXO

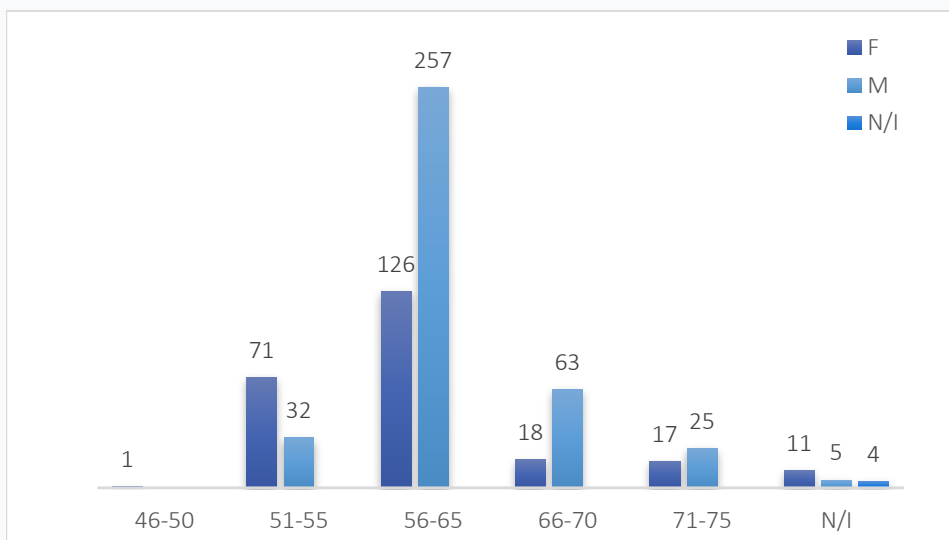


GRÁFICO – PORCENTAGEM - TEMPO DE MAGISTRATURA DOS APOSENTADOS DE 2016 A 2020

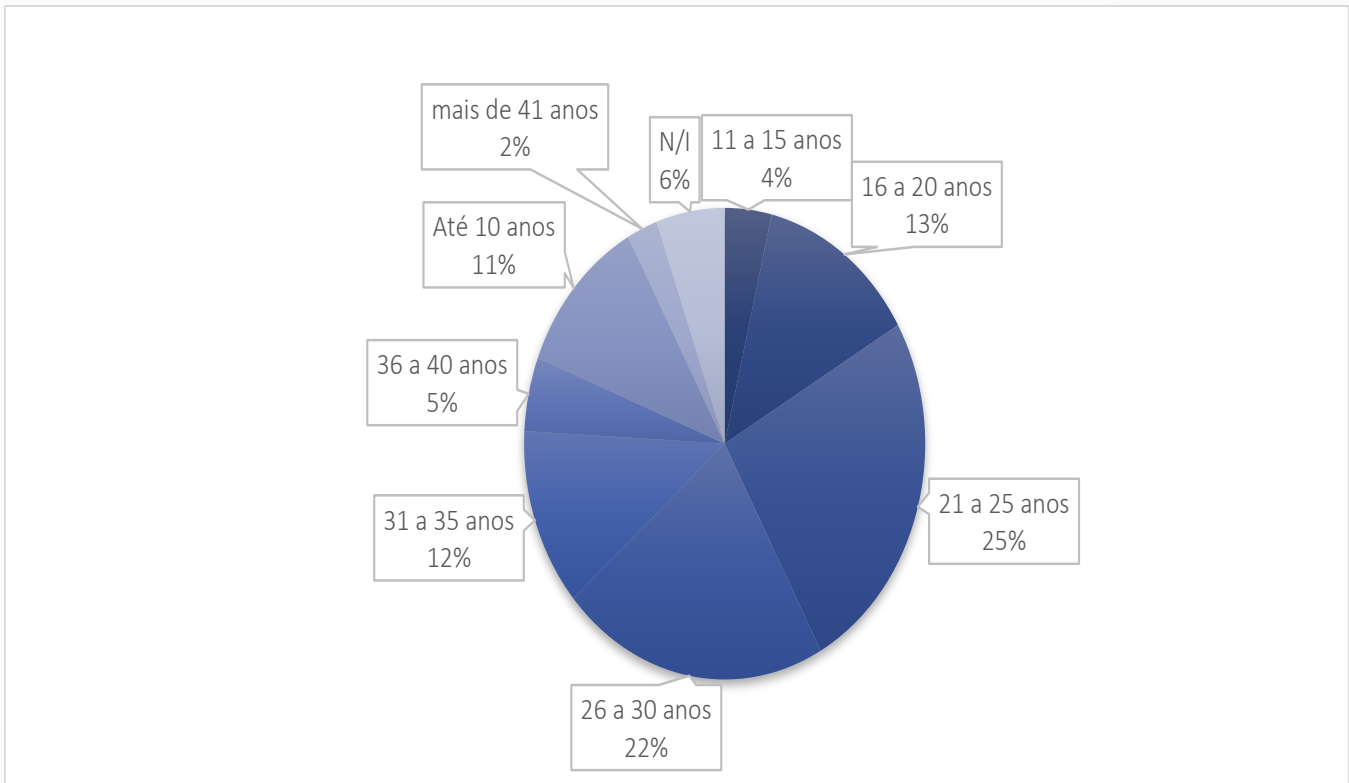
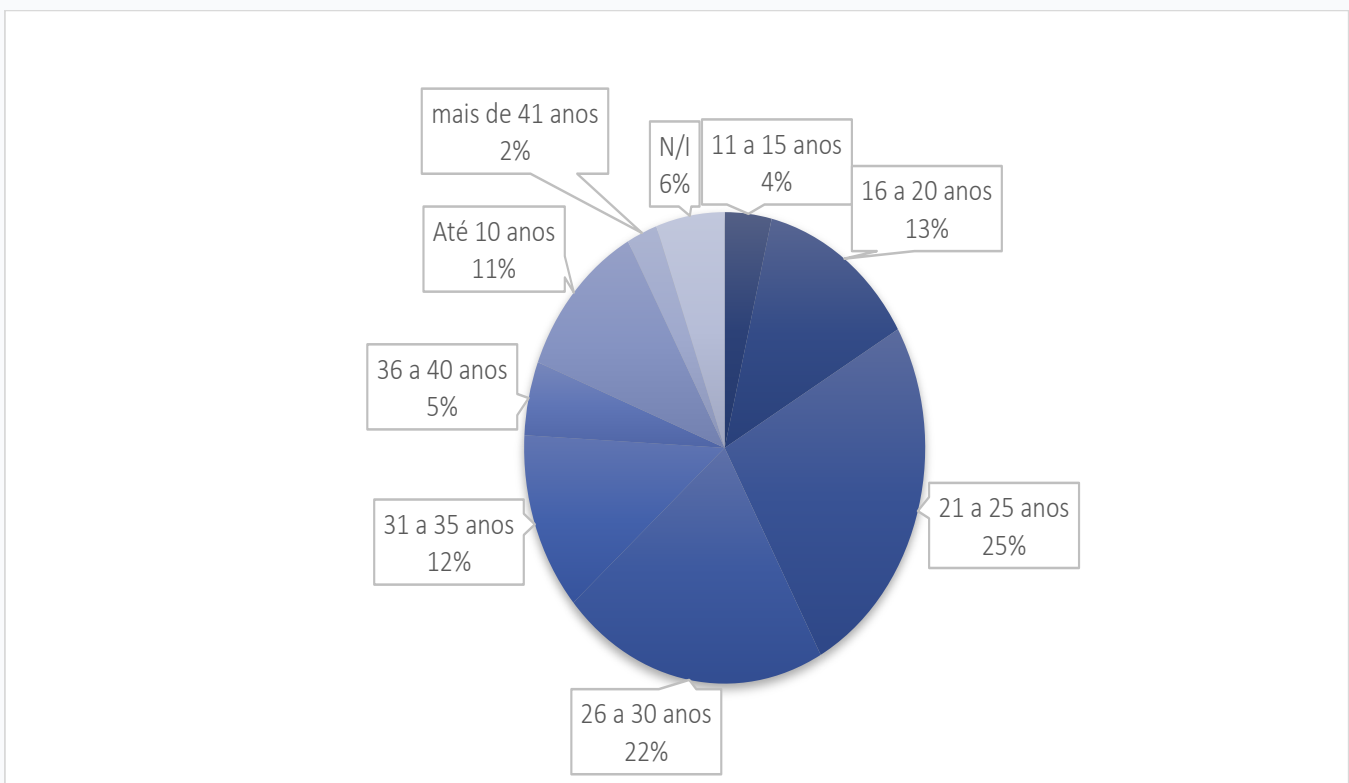
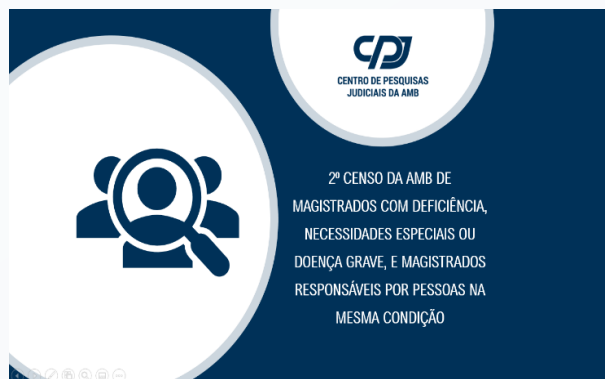


GRÁFICO – PORCENTAGEM - TEMPO DE MAGISTRATURA DOS APOSENTADOS DE 2016 A 2020



III) 2º Censo da AMB de Magistrados com Deficiência, Necessidades Especiais ou Doença Grave

Atendendo a uma solicitação da Diretoria de Política Institucional e de Apoio para Magistrados e Filhos com Necessidades Especiais da AMB, foi realizado o 2º Censo da AMB para coleta de dados de magistrados com deficiência, necessidades especiais ou doença grave, e magistrados responsáveis por pessoas na mesma condição, diante da necessidade de atualizar o levantamento feito pelo 1º Censo.



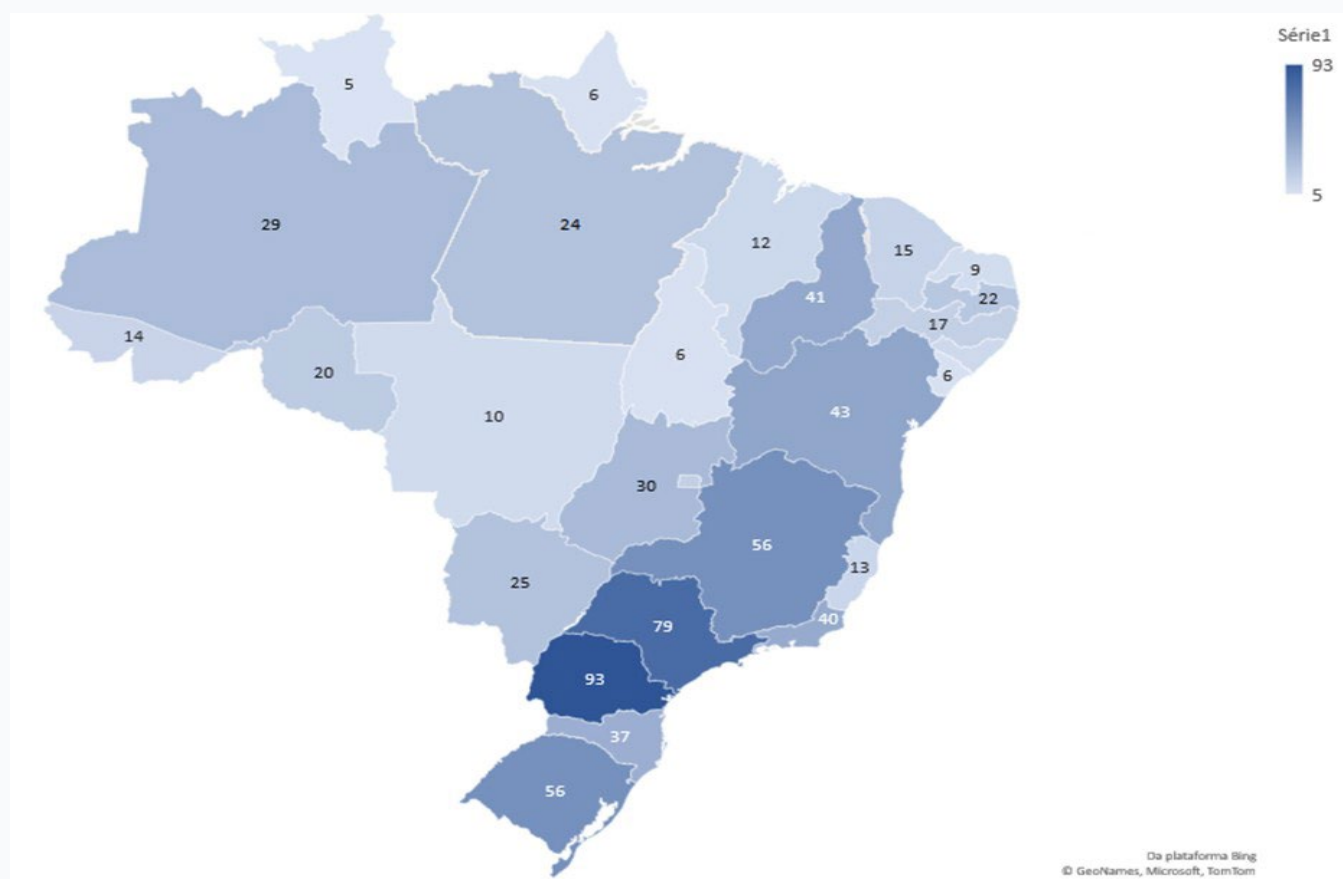
Para tanto, foi aplicado um questionário estruturado para identificar e perfilar os magistrados e dependentes de magistrados associados com deficiência, necessidades especiais ou doença grave. A compilação dos dados e o relatório já foram realizados e a pesquisa está pronta para ser lançada.

O CPJ realizou o 2º Censo, executando a coleta, a compilação e a elaboração do relatório com o apoio da DPI.

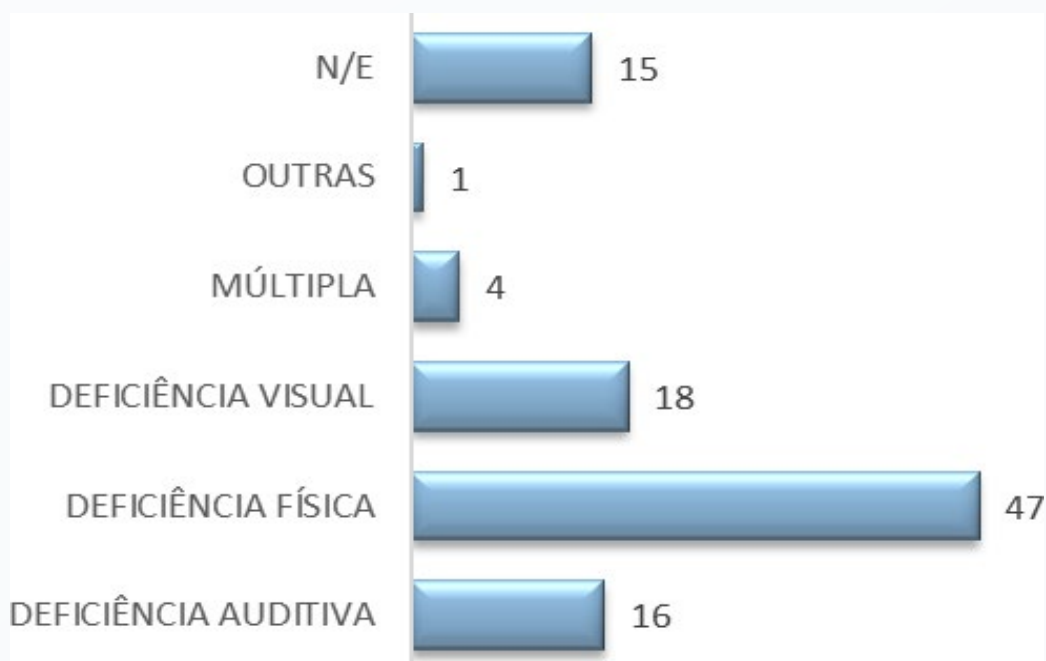
Dentre os principais resultados, destaca-se:

- ✓ 813 magistrados responderam ao questionário, 205 destes (25%) não eram associados à AMB.

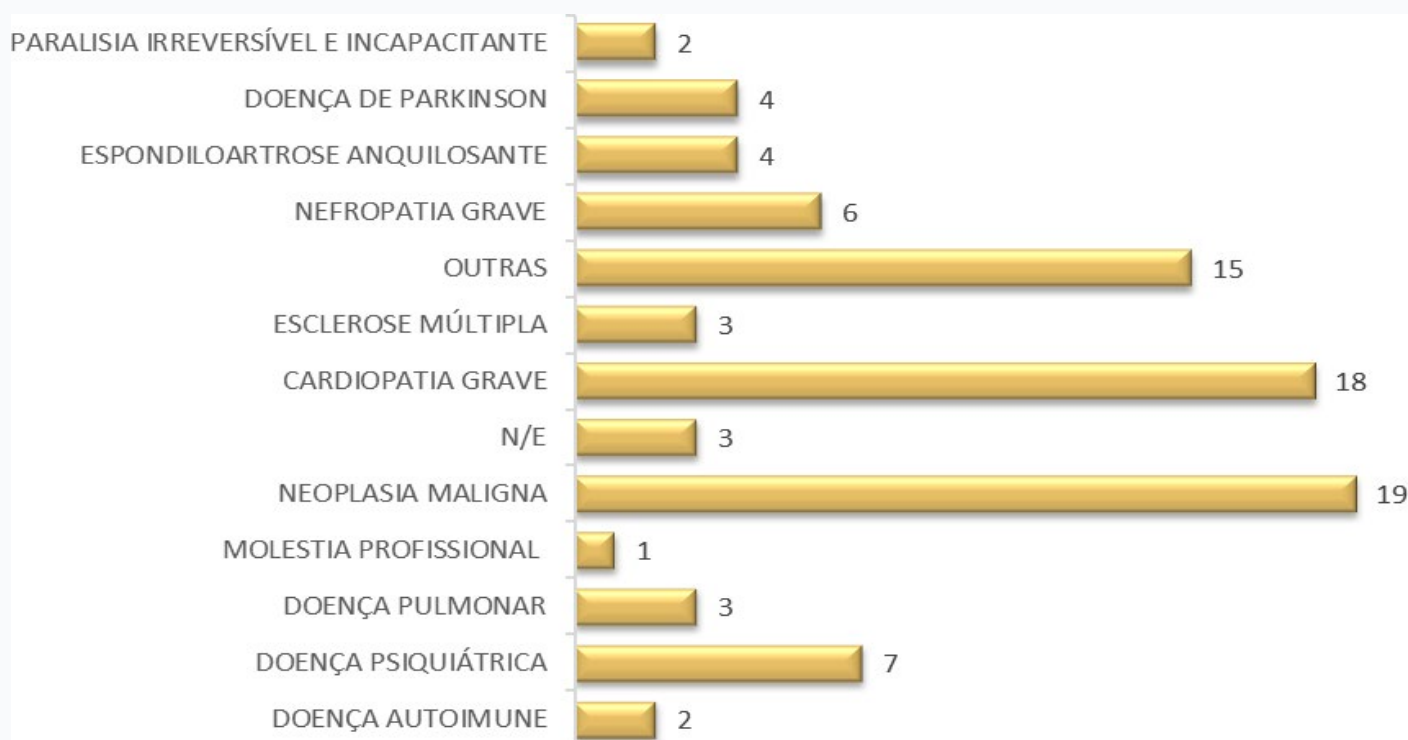
Respondentes por Unidade Federativa:



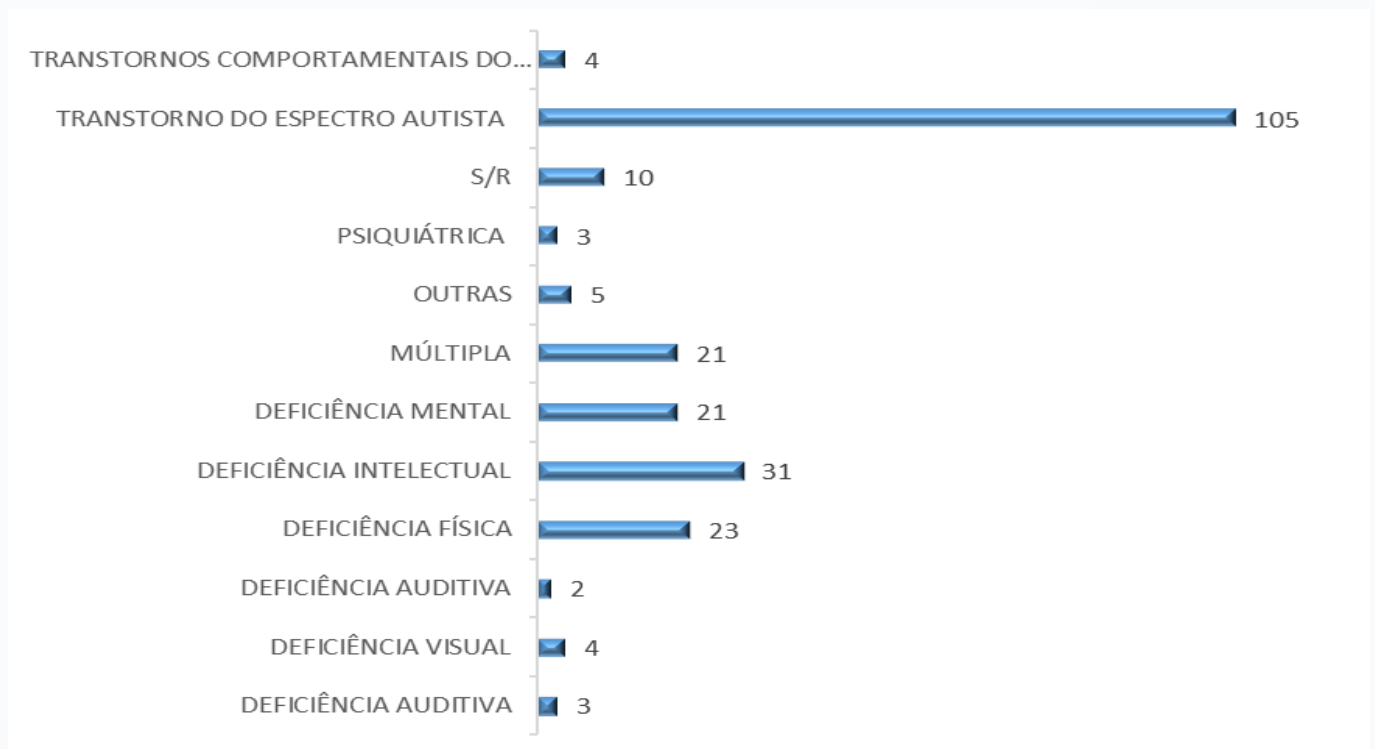
✓ 101 dos magistrados respondentes possuem deficiência, divididos da seguinte forma:



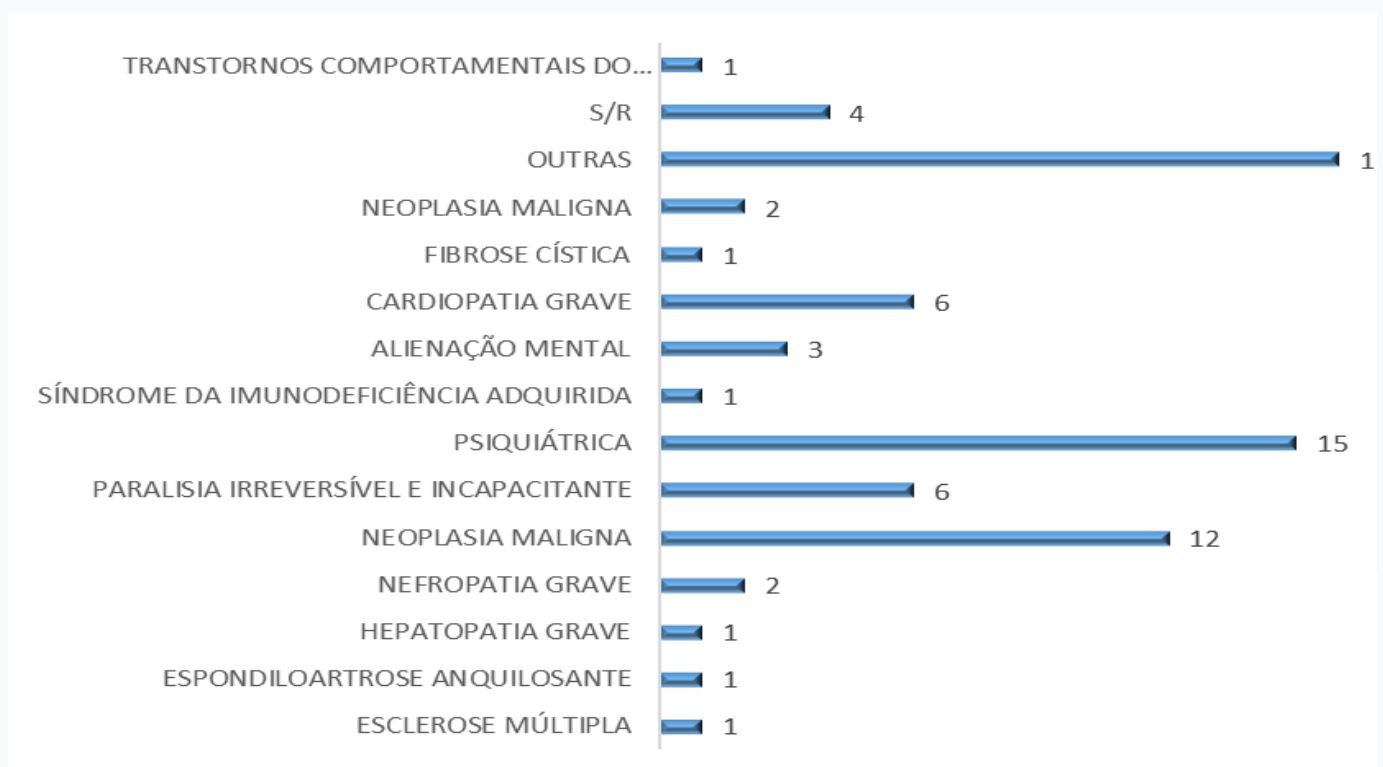
✓ 87 dos magistrados respondentes possuem doença grave, divididos da seguinte forma:



- ✓ 218 magistrado(a)s que possuem dependentes com deficiência (1 ou mais) magistrados respondentes possuem doença grave, divididos da seguinte forma:



- ✓ A grande maioria dos dependentes com deficiência são filhos ou enteados (148 de 192 declarados).
- ✓ 58 magistrados respondentes possuem dependentes com doença grave, divididos da seguinte forma:



- ✓ 57% afirmaram ter conhecimento da Resolução 343 do CNJ, contudo uma parte considerável (42%) não possui conhecimento.
- ✓ 321 magistrado(a)s teriam direito a condições
- ✓ especiais de trabalho em virtude da sua condição ou da condição do dependente, destes apenas 70 (9%) atualmente a possui.
- ✓ a grande maioria do(a)s respondentes (610; 82%)
- ✓ afirmam que há em seu local de trabalho acessibilidade. Dos 18% dos respondentes que acreditam que não há acessibilidade a maioria (73%) demanda por acessibilidade arquitetônica

IV) O exercício da jurisdição e a utilização de novas tecnologias de informação e de comunicação – UnB/ Flacso

Transformação digital da prestação jurisdicional no Brasil é o objeto da pesquisa “O exercício da jurisdição e a utilização de novas tecnologias de informação e de comunicação”, que está sendo desenvolvida a pedido do CPJ/AMB.

O estudo será realizado pelo Laboratório de Acesso à Justiça e Desigualdades (LADES) vinculado à Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB), e pelo programa Colégio Latino-americano de Estudos Mundiais da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO/Brasil), e será coordenado pelas professoras da Universidade de Brasília (UnB), a Dra. Rebecca Igreja e Dra. Talita Rampin, sob a coordenação-geral do Ministro Luis Felipe Salomão. A reunião que selou o acordo foi realizada no dia 30 de agosto. A pesquisa está em andamento com previsão para a conclusão em março de 2022. o estudo pretende buscar respostas para a hipotética intensificação e ampliação do uso de ferramentas tecnológicas na rotina judicial a partir da pandemia da COVID-19. Já foram entrevistados 20 magistrados de diversas regiões do país, de diferentes ramos da magistratura e com áreas de atuação diversas na fase exploratória da pesquisa.

As expectativas da realização da pesquisa, são de sistematizar e analisar dados concretos sobre as tecnologias e os usos delas pela magistratura brasileira, além de identificar as percepções dos magistrados sobre os impactos das ferramentas no exercício jurisdicional, os desafios enfrentados e as soluções construídas para superá-los.

O grupo responsável pelo estudo Laboratório de Acesso à Justiça e Desigualdades - LADES vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília – A UnB figura entre as 10 melhores universidades do Brasil e o Programa de Pós-Graduação em Direito é conceito CAPES 6, conceito máximo conferido às pós-graduações stricto sensu em Direito. As coordenadoras também são vinculadas ao Colégio Latino-americano de Estudos Mundiais da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO).

A Flacso é um organismo internacional, autônomo e de natureza intergovernamental, fundado em 1957 pelos Estados Latino-Americanos que acolheram uma recomendação da XI Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Atualmente, é composta por 18 Estados-membros que desenvolvem atividades acadêmicas, pesquisas e modalidades de cooperação em 13 países da América Latina e do Caribe.

V) A participação feminina na magistratura – ENFAM - AMB-Mulheres³

A primeira pesquisa da AMB sobre a participação feminina na magistratura está sendo desenvolvida em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), instituição responsável por toda formação de magistrados. O levantamento irá dimensionar a atividade das mulheres nos quadros dos Tribunais brasileiros. O estudo foi proposto pelas Juízas Maria Domitila Prado Mansur, Diretora da AMB Mulheres, e Eunice Maria Batista Prado (membro) em autoria com as alunas da 1ª Turma do Mestrado Profissional da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Além da coordenação das Doutoradas Maria Domitila Prado Mansur e Eunice Maria Batista Prado, coordenam a pesquisa a juíza Priscilla Pereira da Costa Correa (também membro da AMB Mulheres) e o professor José Marcos Lunardelli, juiz federal de São Paulo, por parte da ENFAM, bem como o magistrado Cássio André Borges dos Santos (CPJ), por parte do CPJ.

Fruto de um acordo entre a ENFAM, o CPJ e a AMB-Mulheres, a pesquisa irá analisar o perfil das mulheres magistradas e mapear as janelas de oportunidades de acesso feminino aos tribunais até 2030. O objetivo geral é contribuir com dados e subsídios úteis à elaboração de estratégias e providências para aumentar a participação feminina nos cargos mais elevados dos tribunais a curto, médio e longo prazo.

A pesquisa será desenvolvida em duas partes:

- I) Questionário a ser aplicado junto às magistradas associadas à AMB;
- II) Mapeamento e projeção da carreira até 2030, incluindo a análise de perspectivas de equidade de gênero nos tribunais.

A pesquisa passa pela fase de elaboração do questionário. Seu lançamento está previsto para março de 2022.



³ <https://www.amb.com.br/cpj-realizara-primeira-pesquisa-da-amb-sobre-participacao-feminina-na-magistratura/>

VI) Perfil da Magistratura latino-americana - Federação Latino-americana de Magistrados - FLAM⁴

Por solicitação do Presidente da Federação Latinoamericana de Magistrados (FLAM), Desembargador Walter Barone, uma pesquisa inédita será realizada para conhecer o perfil da Magistratura no âmbito de 18 países da América Latina.

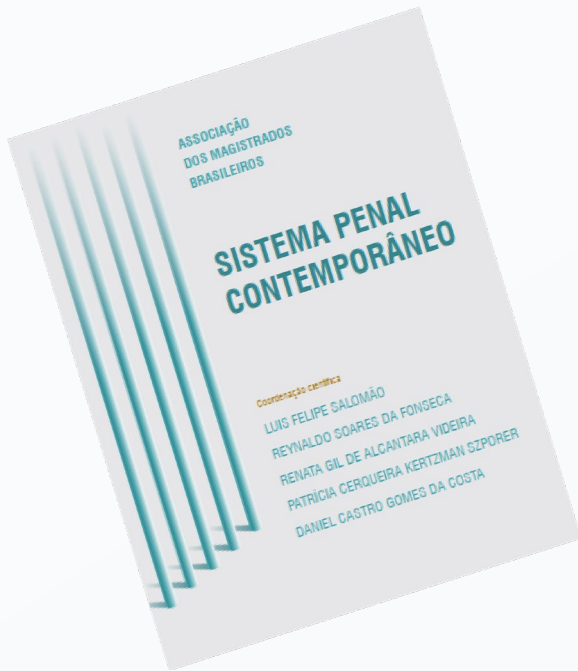
Sob a coordenação do Ministro Luís Felipe Salomão, do Desembargador Walter Barone e do Juiz Jayme de Oliveira, foi concluído projeto pelo CPJ e seguem tratativas para elaboração do questionário, com apoio do IPESPE - Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas, que tem à frente o Professor José Antônio Guimarães Lavareda Filho. No dia 08/09 foi realizada uma reunião de alinhamento com a discussão dos objetivos da pesquisa na qual o IPESPE apresentou uma primeira minuta e a segunda foi apresentada no dia 06.12. O cronograma está sendo ajustado.



⁴ <https://cpj.amb.com.br/inedito-cpj-e-flam-tracarao-perfil-internacional-sobre-a-magistratura/>

II – ATIVIDADES

II.4. LIVRO SISTEMA PENAL CONTEMPORÂNEO – Lançamento



Primeiro livro produzido pela AMB nos seus 72 anos de existência, contou com a coordenação dos Ministros Luís Felipe Salomão (STJ) e Reynaldo Soares da Fonseca (STJ), da Presidente Renata Gil, da Juíza Patrícia Cerqueira Kertzman Szporer e do Professor Daniel Castro Gomes Da Costa.

A obra coletiva reuniu grandes juristas nacionais e internacionais, trazendo os mais sensíveis e atuais temas do direito penal, processual penal e constitucional.

Além dos autores convidados, a obra conteve artigos escolhidos a partir de um exigente processo de seleção, que admitiu a participação de magistrados associados ou não, bem como da academia em geral e das diversas carreiras jurídicas, contribuindo para a consolidação do papel da AMB na construção e socialização do saber.

Publicado pela Editora Fórum, o evento de lançamento foi realizado dia 05 de outubro de 2021, na sede do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília-DF, e contou com a participação de renomados juristas e ministros de Cortes Superiores. Sua primeira edição esgotou-se antes mesmo do final do ano.

A cerimônia foi transmitida ao vivo pelo canal da AMB no YouTube.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=zURvMkPQL8Y>



II – ATIVIDADES

II.5. CICLO DE PALESTRAS – DIÁLOGOS COM GRANDES JURISTAS MUNDIAIS

Em parceria com a Escola Nacional da Magistratura (ENM) e o Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) foram realizadas 4 edições do Ciclo de Palestras Grandes Juristas Mundiais.

O objetivo do evento foi trazer discussões do que está acontecendo no mundo, com um propósito de fortalecimento dos estados de direito.

Todos os encontros foram transmitidos ao vivo e gratuitamente pelo Youtube e podem ser acessados a partir do link:

https://www.youtube.com/watch?v=Abp5ZXho4kY&list=PLZcSilazIM0fG1QHF_a1PZwSRc2h-Sk3t

1- Edição – Análise Econômica do Direito na Justiça Constitucional – 02 de julho de 2021



2- A edição Uma abordagem empírica do Chile e o Direito Comparado - 02 de julho de 2021.



3- A edição sistemas de governo: Diálogos entre Brasil e Portugal - 10 de setembro de 2021.



4- A edição direito, democracia, e riscos - Vínculos com o futuro - 24 de setembro de 2021.



II – ATIVIDADES

II.6. E-BOOK DIREITO E FRATERNIDADE



O *e-book*, coordenado pelo Ministro Reynaldo Soares, pela professora da Unipampa, Deisemara Turatti, pela Desembargadora Luciane Cardoso Barzotto, professora da UFRGS, e pela Conselheira do CNJ, Desembargadora Tania Regina Reckziegel.

O E-book é uma importante iniciativa no tema de Direito e Fraternidade, contém o resultado do “1º Seminário de Direito e Fraternidade na Fronteira da Paz”, realizado na Universidade Federal do Pampa – Unipampa/RS, os melhores trabalhos foram compilados em um volume e será publicado pela AMB em formato digital.

Atualmente o e-book está em fase de finalização e ajustes, a expectativa é que seja publicado em fevereiro de 2022.

II.5. REUNIÕES

Em 2021, o CPJ manteve reuniões por videoconferência, e uma delas ocorreu no formato presencial, totalizando 8 reuniões ordinárias, sendo cinco ordinárias regimentais, além das reuniões de alinhamentos de projetos.

5ª Reunião do Centro de Pesquisas Judiciais

CPJ define planejamento estratégico para 2021⁵⁶

A 5ª reunião do CPJ foi realizada no dia 05.02.21, por videoconferência, para estabelecer as ações a serem desenvolvidas nos próximos meses. Os principais eixos de atuação são a publicação do livro “Sistema Penal Contemporâneo” e a elaboração da pesquisa “Métricas de qualidade e efetividade da justiça brasileira: o tempo e o custo de um processo de recuperação de crédito”.

Participaram da reunião: Ministro Luis Felipe Salomão (diretor), Patrícia Cerqueira Kertzman Szporer (secretária-geral), Marcelo Cavalcanti Piragibe Magalhães (vice-diretor); Cássio André Borges dos Santos (membro) e Carlos Gustavo Vianna Direito (juiz auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)).



6ª Reunião do Centro de Pesquisas Judiciais

CPJ avança na elaboração de estudos relevantes à Justiça Brasileira⁷



A 6ª reunião do CPJ foi realizada no dia 10.05.21, por videoconferência, para analisar o andamento dos estudos elaborados e dos projetos firmados com o órgão. Atualmente, o CPJ investe em três grandes pesquisas: a desigualdade de gênero no Judiciário, métricas de qualidade e efetividade da Justiça Brasileira e a aposentadoria precoce de magistrados nos últimos anos.

Participaram da reunião: Ministro Luis Felipe Salomão (diretor), Patrícia Cerqueira Kertzman Szporer (secretária-geral), Marcelo Cavalcanti Piragibe Magalhães (vice-diretor); Cássio André Borges dos Santos (membro) e Carlos Gustavo Vianna Direito (juiz auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)).

⁵ <https://www.amb.com.br/cpj-define-planejamento-estrategico-para-2021/>

⁶ <https://www.amb.com.br/cpj-define-planejamento-estrategico-para-2021/>

⁷ <https://www.amb.com.br/centro-de-pesquisas-judiciais-da-amb-avanca-na-elaboracao-de-estudos-relevantes-justica-brasileira/>

7ª Reunião do Centro de Pesquisas Judiciais

CPJ conclui relatório preliminar sobre aposentadorias e exonerações de magistrados⁸



A 7ª reunião do CPJ foi realizada no dia 10.06.21, por videoconferência, no qual foi apresentado o levantamento de dados de aposentadorias e exonerações de magistrados (2016 a 2020) foi apresentado na 7ª reunião do Centro de Pesquisas Judiciais (CPJ). No encontro, também foram discutidas as seguintes solicitações: apoio para pesquisa da Federação Latino-americana de Magistrados (FLAM); realização do 2º Censo da pesquisa sobre magistrados com necessidades especiais ou filhos/dependentes na mesma condição; entre outros assuntos abordados na ocasião.

Participaram da reunião: Ministro Luis Felipe Salomão (diretor), Patrícia Cerqueira Kertzman Szporer (secretária-geral), Marcelo Cavalcanti Piragibe Magalhães (Vice-diretor); Cássio André Borges dos Santos (membro) e Carlos Gustavo Vianna Direito (juiz auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)).

8ª Reunião do Centro de Pesquisas Judiciais

CPJ inicia o 2º Censo para Magistrados e Filhos com Necessidades Especiais da AMB, em parceria com a DPI

A 8ª Reunião foi realizada no dia 09.08.21, por videoconferência, no qual foi apresentado o resumo do projeto, formulário e cronograma do 2º Censo - da Diretoria de Política Institucional e de apoio para Magistrados e Filhos com Necessidades Especiais da AMB. Foi deliberado o interesse em firmar a parceria com a Pesquisa UnB/Flacso, foi deliberada uma reunião presencial, no STJ, para definir encaminhamentos e divisão dos trabalhos. No encontro, também foram discutidas as seguintes solicitações: apoio para pesquisa da Federação Latino-americana de Magistrados (FLAM); Lançamento do Livro Sistema Penal Contemporâneo e o Lançamento do Hotsite do CPJ. entre outros assuntos abordados na ocasião.

Participaram da reunião: Ministro Luis Felipe Salomão (diretor), Patrícia Cerqueira Kertzman Szporer (secretária-geral), Marcelo Cavalcanti Piragibe Magalhães (Vice-diretor).



⁸ <https://www.amb.com.br/cpj-conclui-relatorio-preliminar-sobre-aposentadorias-e-exoneracoes-de-magistrados/>

<https://www.amb.com.br/amb-realiza-o-2o-censo-para-identificar-magistrados-e-familiares-em-condicoes-especiais/>

Reunião do Centro de Pesquisas Judiciais e FLACSO

CPJ discute nova pesquisa sobre novas tecnologias no Judiciário⁹



Foi realizada uma reunião presencial no dia 30.08.21 para alinhar o estudo sobre o uso de novas tecnologias para prestação jurisdicional. A pesquisa está sendo coordenada pelo CPJ, em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), com a participação de professores da Universidade de Brasília (UnB). O encontro foi realizado presencialmente na sede da AMB com o ministro Luis Felipe Salomão (STJ). Na ocasião, três novas membras do órgão foram apresentadas – juíza federal Daniela Pereira Madeira (TRF 2), desembargadora Luciane Cardoso Barzotto (TRT-RS) e a juíza Rita de Cássia Ramos de Carvalho (TJBA).

Participaram da reunião: Renata Gil (presidente da AMB), Ministro Luis Felipe Salomão (diretor), Marcelo Piragibe (Vice-diretor), Patrícia Cerqueira Kertzman Szporer (secretária-geral), Rita de Cássia Ramos de Carvalho (secretária-adjunta), Cássio André Borges dos Santos (membro), Daniela Madeira (membro) e Luciane Cardoso Barzotto (membro).



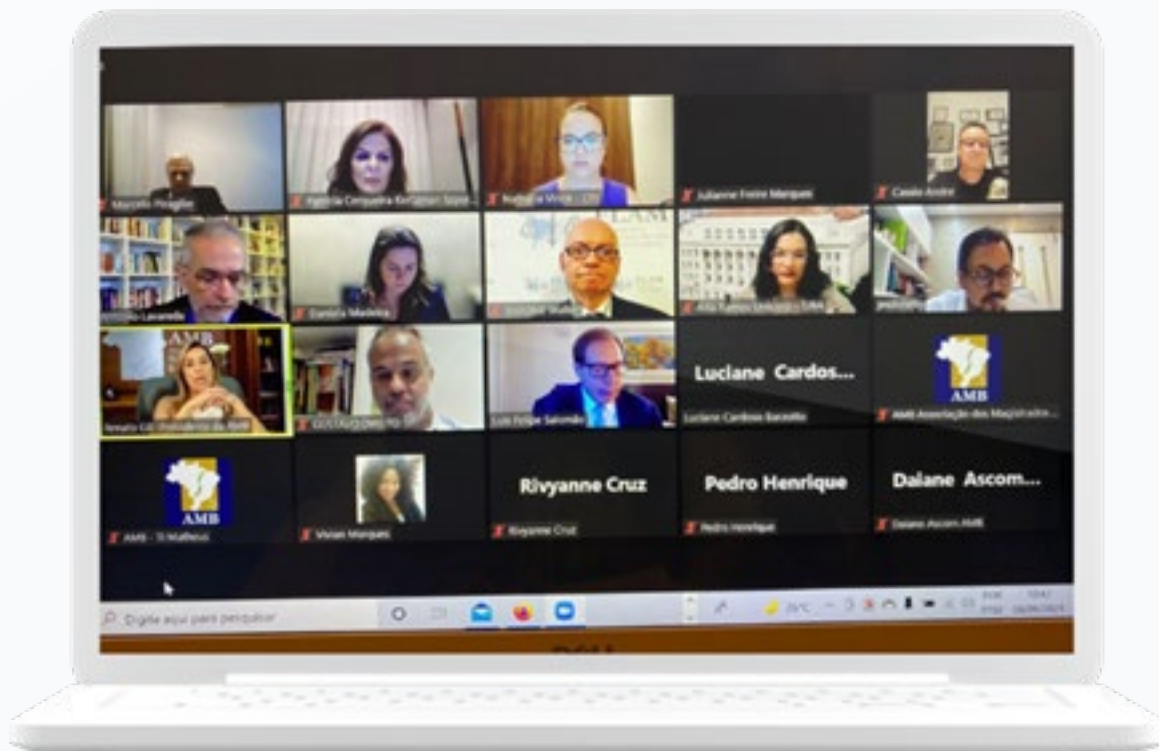
⁹ <https://www.amb.com.br/cpj-discute-nova-pesquisa-sobre-novas-tecnologias-no-judiciario/>

Reunião do Centro de Pesquisas Judiciais com a FLAM

Inédito: CPJ e Flam traçarão perfil internacional sobre a magistratura¹⁰

No dia 08.09.21, foi realizada reunião com a Federação Latino-Americana de Magistrados (FLAM), por videoconferência, para alinhar a realização de pesquisa inédita com o objetivo de traçar um perfil internacional da magistratura com base em dados fornecidos por 17 países.

Participaram da reunião: Ministro Luis Felipe Salomão (diretor), Marcelo Piragibe (diretor-adjunto); Patrícia Cerqueira Kertzman Szporer (secretária-geral), Rita de Cássia Ramos de Carvalho (secretária), Daniela Madeira (membro), Cássio André Borges dos Santos (membro), Carlos Gustavo Vianna Direito (membro) Jayme Martins de Oliveira (presidente honorário da AMB), Walter Barone (presidente da FLAM), Julianne Freire Marques (Secretária-geral da AMB e o professor José Antônio Guimarães Lavareda Filho (IPESPE).



¹⁰ <https://www.amb.com.br/inedito-cpj-e-flam-tracarao-perfil-internacional-sobre-magistratura/>

9ª Reunião do Centro de Pesquisas Judiciais

CPJ promove reunião de alinhamento de pesquisas para o aprimoramento do Judiciário

A 9ª reunião do CPJ foi realizada no dia 07.10.21, por videoconferência, os integrantes fizeram uma avaliação das principais pesquisas em andamento pelo órgão. Na oportunidade, tratou-se ainda de novas atuações do CPJ relacionadas a um dos principais objetivos do Centro que é promover análises e diagnósticos de problemas estruturais e conjunturais de vários segmentos da Magistratura e do Poder Judiciário.

Participaram da reunião: Ministro Luis Felipe Salomão (diretor), Marcelo Piragibe (Vice-diretor), Rita de Cássia Ramos de Carvalho (secretária-adjunta), Cássio André Borges dos Santos (membro), Daniela Madeira (membro) e Luciane Cardoso Bargotto (membro).



¹¹ <https://www.amb.com.br/cpj-promove-reuniao-de-alinhamento-de-pesquisas-para-o-aprimoramento-do-judiciario/>

CPJ realiza reunião para discutir judicialização no setor de transporte aéreo

Encontro faz parte de parceria entre AMB, ALTA e CNJ¹²

No dia 07.10.21, foi realizada reunião com a Associação Latino-Americana e do Caribe de Transporte Aéreo (ALTA), no gabinete do ministro Luis Felipe Salomão. O tema central foi a parceria entre a AMB, a Associação Latino-Americana e do Caribe de Transporte Aéreo (ALTA) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para discutir a viabilização de cursos ou seminários quanto à aplicação do direito à aviação civil.

Participaram da reunião: Ministro Luis Felipe Salomão (diretor), Fernando Cury (secretário-adjunto da AMB); o diretor Jurídico da Junta dos Representantes das Companhias Aéreas Internacionais do Brasil (JURCAIB) e da United Airlines, Marcio Souto; o diretor da Associação Latino-Americana e do Caribe de Transporte Aéreo (ALTA) Paulo Costa; e os advogados e membros da ALTA Ricardo Maluf, Thiago Carvalho e Valéria Cury.



¹² <https://www.amb.com.br/cpj-realiza-reuniao-para-discutir-judicializacao-no-setor-de-transporte-aereo/>

10ª Reunião do Centro de Pesquisas Judiciais

*CPJ projeta 2022 e alinha próximos passos de pesquisas em andamento*¹³



A 10ª reunião do CPJ foi realizada no dia 06.12.21, por videoconferência. Foram detalhadas as atuais situações das pesquisas que já iniciaram e discutidos possíveis estudos para 2022.

Participaram da reunião: Ministro Luis Felipe Salomão (diretor), Marcelo Piragibe (Vice-diretor); Patrícia Cerqueira Kertzman Szporer (secretária-geral), Rita de Cássia Ramos de Carvalho (secretária), Daniela Madeira (membro), Luciane Cardoso Barrantes (membro) e Rebecca Igreja (pesquisadora da UNB).

III – ATIVIDADES

Após um ano de existência, começou a ser estruturada a secretaria do Centro de Pesquisas Judiciais.

No ano de 2021, a secretaria passou a contar com 2 colaboradores: 1 pesquisadora, doutora em ciências sociais pela UnB e 1 assistente administrativo, e agregou 4 novos membros da composição da diretoria, conforme descrito em item anterior.

Os colaboradores são: Nathalia Vince Esgalha Fernandes (Pesquisadora); Pedro Henrique Lisboa de Moraes (Assistente).

Na área tecnológica, adquiriu-se a licença do software NVIVO para o armazenamento e análise de dados e suporte para pesquisas futuras. O software é atualizado e contém recursos que permitem a importação e o trabalho com materiais em diversos idiomas, auxiliar a organização e a análise de documentos em Word, PDFs, vídeos, fotos e arquivos de áudio, sendo um dos mais recomendados para trabalhar com documentos e dados. O software ajuda na comparação e compilação de informações de forma rápida e segura. Apesar de ainda apresentar estrutura bastante reduzida e contar com a colaboração voluntária dos membros, os dados revelam que o CPJ concluiu mais um ano de atividades de forma extremamente positiva e satisfatória.



¹³ <https://www.amb.com.br/cpj-projeta-2022-e-alinha-proximos-passos-de-pesquisas-em-andamento/>